

PC MG

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

500 Questões Gabaritadas
- Delegado De Polícia
Substituto



CÓD: SL-163AG-24
7908433262749

Questões Gabaritadas:

1. Direito Administrativo	5
2. Direito Constitucional	21
3. Direito Civil	37
4. Direito Penal	53
5. Direito Processual Penal	67
6. Direitos Humanos	83
7. Medicina Legal	97
8. Criminologia	107
9. Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado De Minas Gerais	119
10. Legislação Penal e Processual Penal Especial	129

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, caput, da CRFB/88, sendo **correto** afirmar que se trata do

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da legalidade.
- (C) princípio da publicidade.
- (D) princípio da segurança jurídica.
- (E) princípio da indisponibilidade do interesse público.

2. (2024)

No exercício de suas atribuições no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Gabriela verificou que determinado ato administrativo concluiu o seu ciclo de formação, sendo certo que, apesar de possuir vício insanável, tal ato estava produzindo efeitos no ordenamento jurídico.

Considerando os planos da perfeição, validade e eficácia, é **correto** afirmar que o aludido ato administrativo é

- (A) imperfeito, inválido e ineficaz.
- (B) perfeito, inválido e eficaz.
- (C) imperfeito, válido e eficaz.
- (D) perfeito, válido e eficaz.
- (E) imperfeito, válido e ineficaz.

3. (2024)

Sobre os atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. É suficiente, para garantir a validade de um ato administrativo, a exposição de sua competência, finalidade e objeto.

II. A única e exclusiva finalidade de todo ato administrativo é o interesse público.

III. O objeto do ato administrativo pode não estar previsto expressamente na legislação e é através dele que a Administração exerce seu poder.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.

- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

4. (2024)

A Agência Nacional do Petróleo realizou fiscalização em um posto e constatou que a comercialização de combustível estava fora das especificações. Depois da autuação, os fiscais interditaram o estabelecimento.

Sobre o poder de polícia, os atributos dos atos administrativos e a lei federal de processo administrativo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Administração Pública, por limitar a atividade econômica do particular, deve obrigatoriamente motivar o ato administrativo.
- (B) O ato administrativo que constata a comercialização de combustível fora das especificações goza da presunção de veracidade, mas o estabelecimento pode fazer prova em sentido contrário.
- (C) A interdição do estabelecimento comercial pode ser feita diretamente pela Administração Pública, prescindindo de prévia autorização judicial.
- (D) A pretensão punitiva da Administração Pública prescreve em cinco anos, de modo que, ultrapassado esse prazo, não poderá ser aplicada multa ao estabelecimento comercial.
- (E) A atuação dos fiscais pode ser questionada no âmbito judicial, mas antes deve haver o prévio esgotamento das vias recursais administrativas.

5. (2024)

Após explicar em que consiste a imperatividade, Cláudia foi instada a exemplificar uma situação em que o ato administrativo não é dotado de tal atributo, mesmo que realizado em consonância com o ordenamento jurídico, à luz da juridicidade.

Diante dessa situação hipotética, Cláudia citou **corretamente**

- (A) a aplicação de uma multa.
- (B) o embargo de uma obra.
- (C) a elaboração de parecer.
- (D) a edição de um Decreto.
- (E) a determinação de uma limitação administrativa.

6. (2023)

João, agente público de direito, ao fiscalizar o estabelecimento comercial XYZ, verifica que as normas técnicas de segurança e salubridade não estão sendo observadas. João, então, autua a pessoa jurídica e aplica uma multa, fixando o prazo de trinta dias para que as vicissitudes encontradas sejam sanadas. Após o transcurso do lapso temporal fixado, o agente público realiza nova inspeção no local, constatando que as mazelas ainda se fazem presentes e que há risco concreto aos frequentadores.

João conclui, assim, que a medida adequada é a interdição do estabelecimento.

Nesse cenário e considerando os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que, havendo previsão legal, a Administração Pública, por si só:

- (A) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário. Poderá, por outro lado, aplicar medidas menos gravosas para sanar os vícios existentes no local;
- (B) não pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, dependendo da atuação do Poder Judiciário, considerando que os atos administrativos, apesar de coercitivos, não são autoexecutórios;
- (C) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na autoexecutoriedade dos atos administrativos;
- (D) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na coercibilidade dos atos administrativos;
- (E) pode interditar o estabelecimento comercial XYZ, independentemente da atuação do Poder Judiciário, com base na exigibilidade dos atos administrativos.

7. (2024)

Após explicar a distinção entre os atos vinculados e os atos discricionários, Rosângela foi instada a dar um exemplo de ato vinculado.

Nesse contexto, Rosângela citou **corretamente** a

- (A) admissão.
- (B) autorização no âmbito do poder de política.
- (C) concessão de uso de bem público.
- (D) prorrogação do prazo de validade de um concurso público.
- (E) permissão de uso de bem público.

8. (2023)

Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) de controle;
- (D) negocial;
- (E) punitivo.

9. (2024)

A Administração Pública do Município *Alfa* editou ato administrativo proibindo os servidores públicos de se ausentarem da municipalidade, mesmo durante os períodos de folga. Ao tomar ciência dos fatos, João, Vereador, juntou diversas pessoas para que todos protestassem, em conjunto, contra o ato da Prefeitura.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é **correto** afirmar que a Administração Pública poderá

- (A) revogar o ato administrativo, em razão do seu caráter inconveniente e inoportuno, sem prejuízo da possibilidade de revogação pelo Poder Judiciário.
- (B) anular o ato administrativo, em razão do seu caráter inconveniente e inoportuno, vedada a intervenção do Poder Judiciário.
- (C) revogar o ato administrativo, em razão da sua ilegalidade, sem prejuízo da possibilidade de revogação pelo Poder Judiciário.
- (D) anular o ato administrativo, em razão da sua ilegalidade, sem prejuízo da possibilidade de anulação pelo Poder Judiciário.
- (E) anular o ato administrativo, em razão da sua ilegalidade, vedada a intervenção do Poder Judiciário.

10. (2023)

Fabiana é servidora do Município Dabliw e residia muito próximo de seu local de trabalho. Inconformada com o fato de ter sido removida para local bastante distante de sua moradia, por motivo de interesse público, sem que o ato que determinou a sua remoção tenha sido motivado, Fabiana impugnou a sua validade.

A análise do caso revela que a remoção em questão decorreu de critérios objetivos, proporcionais e pautados em lei, condizentes com a necessidade de alocação dos servidores do Município, que realmente não foram explicitados quando da edição do ato.

Considerando o exposto, é correto concluir que a remoção:

- (A) possui vício no motivo, que pode ser sanado;
- (B) está eivada de vício de finalidade, que não é passível de sanatória;
- (C) possui vício na motivação, passível de sanatória, por afetar o elemento forma;
- (D) possui vício de motivação, que contamina o motivo subjacente, a impedir a sanatória;
- (E) não possui vício, na medida em que a motivação não é necessária.

11. (2024)

O prefeito do Município Imaginário questionou Emília, que é procuradora de tal ente federativo, se existe distinção entre poder regulamentar e a chamada deslegalização.

Diante de tal questionamento, Emília respondeu **corretamente** que

- (A) a deslegalização corresponde à edição de regulamentos autônomos pelo Chefe do Poder Executivo nas hipóteses autorizadas pela Constituição.
- (B) apesar de distinções formais, as normas decorrentes da deslegalização ou do exercício do poder regulamentar têm a mesma essência, fundamento constitucional e podem inovar no ordenamento jurídico, ainda que não se trate de regulamentos autônomos nesse último caso.
- (C) o poder regulamentar abarca a edição de decretos regulamentares e de decretos autônomos e não pode ser confundido com a deslegalização, que corresponde à autorização do Poder Legislativo para a edição de leis delegadas.
- (D) a edição de normas pelo Poder Executivo exaure-se no poder regulamentar destinado à fiel execução de lei, não sendo admitidos no ordenamento pátrio nem os regulamentos autônomos, nem a deslegalização.
- (E) na deslegalização, o poder legislativo autoriza que as entidades dotadas de capacidade institucional inovem no ordenamento jurídico em matéria de ordem técnica em seu âmbito de atuação delimitado na respectiva lei.

12. (2024)

Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- (A) a avocação temporária de competência.
- (B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.

- (C) o deferimento de uma licença profissional.
- (D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- (E) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

13. (2024)

1º cenário: A Administração Pública, após a observância das formalidades legais, aplicou uma multa à sociedade empresária XYZ, contratada para fornecer bens ao Poder Público, em razão do descumprimento de cláusulas contratuais.

2º cenário: o policial militar Petrônio, após o exercício do contraditório e da ampla defesa, recebeu uma sanção disciplinar, por descumprir ordens legais do seu superior hierárquico.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, as punições aplicadas à sociedade empresária XYZ e ao policial militar Petrônio são, **respectivamente**, manifestações do:

- (A) poder disciplinar e poder hierárquico;
- (B) poder hierárquico e poder disciplinar;
- (C) poder disciplinar e poder disciplinar;
- (D) poder de polícia e poder disciplinar;
- (E) poder de polícia e poder de polícia.

14. (2024)

Em um determinado dia, agentes da vigilância sanitária do Município *Alfa* decidiram realizar fiscalização de rotina nos estabelecimentos comerciais situados na zona sul da municipalidade. Muito embora grande parte dos locais visitados estivesse em conformidade com a lei, houve a necessidade de apreensão de cinco quilos de alimentos vencidos do restaurante ABC, o que fora feito sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. Após o intenso dia de trabalho, um dos agentes públicos

envolvidos na operação concedeu entrevista à imprensa, afirmando que, em data oportuna, a fiscalização será realizada nos comércios localizados na zona norte da cidade.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a possibilidade de a Administração Pública definir as datas das fiscalizações nos estabelecimentos comerciais situados na zona sul e na zona norte do Município *Alfa* é uma manifestação da

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Com relação ao Federalismo Brasileiro, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Os Estados-Membros possuem autonomia econômica, política e organizacional, praticando auto-organização mediante um poder constituinte próprio.
- (B) Cada Estado-Membro tem suas próprias leis, mas concorda em renunciar a parte de seu poder de legislar para ter uma legislação comum com os demais membros da federação, visando a obter vantagens decorrentes da integração sem perder soberania política.
- (C) O governo central concentra as decisões políticas, contudo, descentraliza a execução dessas decisões. Esta descentralização de competências administrativas pode ocorrer em nível municipal ou regional em um ou em vários níveis simultaneamente.
- (D) Após a tomada de decisão pelo governo central, os demais entes públicos adquirem alguma autonomia política decidindo no caso concreto o que deve ser feito para executar as políticas públicas definidas.
- (E) Comporta verdadeira descentralização política, sendo atribuídos poder e capacidade política aos entes integrantes do sistema. A soberania é una, e a Constituição reserva aos integrantes autonomia, maior ou menor.

2. (2024)

Nos termos do Art. 224 da Constituição da República, “para os efeitos do disposto neste capítulo, o Congresso Nacional instituirá, como seu órgão auxiliar, o Conselho de Comunicação Social, na forma da lei.

Considerando a classificação das normas constitucionais, a interpretação do referido preceito conduz à obtenção de uma norma de eficácia

- (A) plena.
- (B) contida.
- (C) imediata.
- (D) limitada, de princípio institutivo.
- (E) limitada, de princípio programático.

3. (2024)

João, procurador-geral do Estado *Alfa*, observou que o Estado *Beta* editou a Lei nº X, que era flagrantemente contrária a uma norma programática veiculada pela Constituição da República. Ao avançar em sua análise, constatou que a União ainda não tinha editado uma lei a respeito da temática, que se enquadra no âmbito da competência legislativa concorrente.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que:

- (A) a lei a ser editada pela União terá a natureza de norma interposta, sendo indispensável na avaliação da constitucionalidade da Lei nº X;
- (B) o Estado *Alfa* pode ingressar com ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto a Lei nº X, do Estado *Beta*, desde que demonstre a pertinência temática;
- (C) como a eficácia da norma constitucional programática ainda não foi integrada pela legislação infraconstitucional, ela não pode ser utilizada como paradigma de confronto em uma ação direta de inconstitucionalidade;
- (D) a eficácia plena da norma constitucional é requisito indispensável à sua utilização como paradigma de confronto na ação direta de inconstitucionalidade, mas isto não obsta que princípios implícitos sejam utilizados com a mesma funcionalidade;
- (E) o fato de a Lei nº X afrontar norma constitucional, mesmo que de natureza programática, cuja eficácia ainda não foi integrada pela legislação infraconstitucional, não obsta a sua utilização como paradigma de confronto em ação direta de inconstitucionalidade.

4. (2024)

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

5. (2024)

Sobre o direito fundamental à saúde, analise os itens a seguir.

I. Cuida-se de direito com aspecto individual e com aspecto transindividual, podendo ser tutelado em favor de uma única pessoa ou de uma coletividade, a depender do caso.

II. Trata-se de direito que se adequa à ideia de primeira geração ou dimensão dos direitos fundamentais, já que se justifica na lógica da liberdade.

III. É de competência legislativa concorrente dos entes políticos da federação, cabendo ao Estado-membro, para atender às suas peculiaridades, editar normas gerais na hipótese de determinado tema não possuir regência em lei federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

6. (2024)

O Estado *Beta* editou norma sobre regras do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Militar, fixando limite máximo de vagas para candidatas do sexo feminino.

Diante do exposto e da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é **correto** afirmar que a referida norma é

- (A) constitucional, por observância ao princípio da razoabilidade.
- (B) inconstitucional, por violação ao princípio da impessoalidade.
- (C) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- (D) constitucional, por observância ao princípio da isonomia.
- (E) inconstitucional, por violação ao princípio da moralidade.

7. (2024)

Os direitos e garantias fundamentais, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representam a espinha dorsal do ordenamento jurídico nacional, conferindo proteção essencial aos indivíduos.

Com relação aos direitos e garantias fundamentais, analise os itens a seguir.

I. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

II. Assegura-se a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas.

III. é garantido o direito de herança.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

8. (2024)

Jonas foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Ao ser conduzido à delegacia de polícia, foi qualificado e comunicado por um agente policial que, embora portasse sua carteira de identidade, deveria ser submetido à identificação dactiloscópica. O advogado de Jonas, por sua vez, afirmou que essa prática não seria correta.

À luz da sistemática constitucional, com abstração de qualquer regulamentação legal, é correto afirmar que:

- (A) é vedada, em qualquer caso, a identificação de Jonas;
- (B) é compulsória a identificação de qualquer preso, inclusive de Jonas;
- (C) é obrigatória a identificação de Jonas, considerando as circunstâncias indicadas na narrativa;
- (D) é vedada a identificação nas circunstâncias indicadas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- (E) é imperativa a identificação de Jonas, sendo resguardado o seu direito de se negar a colaborar.

9. (2024)

Maria voluntariamente se filiou à Associação de Artesãos XX, do Município *Beta*, presidida por João, que recebera cessão do espaço público destinado à exposição do artesanato local. Em dado momento, Maria, segundo uma narrativa divulgada por diversos munícipes, teria feito críticas à qualidade do artesanato local, que seria inferior àquele produzido no Município *Alfa*.

Ao tomar conhecimento da narrativa, João decidiu monocraticamente, conforme lhe autorizava o estatuto, pela imediata e inexorável exclusão de Maria da *Associação de Artesãos XX*. Ao ser cientificada do teor da decisão, Maria decidiu ingressar com ação judicial com o objetivo de anulá-la, sob o argumento de que os seus direitos fundamentais teriam sido violados. Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apesar de João ter competência estatutária para a prolação da decisão, o procedimento adotado efetivamente afrontou os direitos fundamentais de Maria.
- (B) Os órgãos jurisdicionais, por imperativo constitucional, somente devem intervir nas associações quando se discute a possibilidade de serem dissolvidas, não para resolver disputas internas.
- (C) As divergências *interna corporis*, a serem resolvidas consoante a disciplina estatutária, não atraem a incidência dos direitos fundamentais em prol de associados, já que as pessoas jurídicas também os possuem.
- (D) O direito de associação permite que XX, que ocupa uma posição de equidistância em relação a Maria, defina, de acordo com o seu estatuto, quem pode permanecer associado; logo, não ocorreu afronta aos direitos fundamentais da associada.
- (E) O direito de associação tem estatura constitucional; logo, a exclusão de Maria afronta direito fundamental, o que decorre da constatação de que a exclusão, para o associado, é o símile da dissolução para a associação, exigindo decisão judicial.

10. (2024)

Durante uma operação policial, conhecido traficante de substâncias entorpecentes de alta periculosidade, que operava no Município *Alfa*, foi preso em flagrante. Sua prisão, no entanto, por alegadas razões de segurança, não foi comunicada a ninguém, crescendo-se que o local onde se encontra detido é desconhecido. A família do preso procura você, na qualidade de advogado(a), para saber se ocorreu a violação de algum direito fundamental do preso.

Com base na situação descrita e no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Não houve desrespeito a qualquer direito fundamental do preso, visto que a ordem constitucional estatui que, para os casos de prisão em flagrante, os agentes policiais têm até 72 horas para comunicar à família a prisão.
- (B) A prisão e o local onde o preso se encontra detido deveriam ter sido comunicados imediatamente à família ou a outra pessoa por ele indicada, bem como ao juiz competente para apreciar a legalidade da prisão.

(C) Por se tratar de criminoso de alta periculosidade, ele deixa de ser considerado, pela ordem constitucional, titular de direitos fundamentais, de modo que há mera liberalidade estatal em comunicar a sua prisão em flagrante.

(D) A falta de comunicação da prisão e do local em que o preso se encontra são justificáveis, o que decorre da necessidade de se preservar a segurança da sociedade, considerando a periculosidade do agente.

11. (2024)

Determinada empresa jornalística pretende ajuizar ação judicial para obter junto à Secretaria Municipal de Educação informações sobre os processos de licitação referentes ao fornecimento de merendas às escolas do Município *Beta*. O acesso a tais informações fora negado de forma arbitrária à empresa.

Entre os remédios constitucionais previstos pela ordem constitucional vigente, aquele cabível na situação hipotética narrada é

- (A) o mandado de segurança individual.
- (B) o habeas data.
- (C) a ação popular.
- (D) o mandado de segurança coletivo.
- (E) a ação civil pública.

12. (2024)

No capítulo dos Direitos Sociais, a CRFB/88, em seu Art. 7º, elenca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

Dos direitos previstos, indique aquele que até o presente momento **não** foi regulamentado e, assim, **não** pode ser exercido pelos trabalhadores brasileiros.

- (A) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- (B) Adicional de remuneração para as atividades penosas.
- (C) Proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.
- (D) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador.
- (E) Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda.

13. (2024)

José, brasileiro nato, casou-se com Ana, nascida no País X, e em virtude do trabalho de sua esposa, mudou-se para o referido país, onde reside há mais de 20 anos. Após todos esses anos vivendo em outro país, resolveu requerer a nacionalidade do País X.

Diante do exposto, caso José se naturalize no País X, é **correto** afirmar que

DIREITO CIVIL

1. (2024)

George Granger e Anna Macbeth, pais de Jane, fruto de uma relação casual, decidem emancipar a filha, que tem dezesseis anos e três meses de vida.

Sobre a hipótese, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, assinale a afirmativa correta.

(A) Na situação narrada, a efetivação da emancipação dependerá da manifestação expressa de Jane, que poderá ser suprida judicialmente.

(B) Os pais deverão requerer a emancipação judicial da filha, que deverá ser ouvida.

(C) A filha deverá ter economia própria, que deverá ser comprovada pelos pais, como pressuposto material para a emancipação.

(D) A emancipação pela concessão dos pais será feita mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(E) O desejo dos pais na emancipação da filha dependerá do exercício de emprego público efetivo ou da colação de grau em curso de ensino superior.

2. (2024)

Felipe, brasileiro nato, casado, estudante, 16 anos de idade; Renata, brasileira nata, solteira, servidora pública efetiva, 17 anos de idade; e Valter, brasileiro naturalizado, viúvo, aposentado, 83 anos de idade, resolveram constituir uma associação.

Entre os três, a capacidade para exercer pessoalmente os atos da vida civil encontra-se em

(A) Valter, apenas.

(B) Felipe e Valter, apenas.

(C) Renata e Valter, apenas.

(D) Felipe e Renata, apenas.

(E) Felipe, Renata e Valter.

3. (2024)

Bruce (85 anos) viajava de avião com sua esposa Marta (50 anos) e seu filho Olívio (17 anos) quando pane elétrica causou a queda da aeronave com a morte de todos os passageiros. Deixaram outra filha comum, Olívia, e dois netos, filhos de Olívio.

Nesse caso, à luz das normas do Código Civil, é **correto** afirmar que se presume:

(A) Bruce ter morrido antes, por ser mais velho;

(B) Bruce e Marta terem morrido antes, para que a herança passasse a Olívio e, depois, aos netos;

(C) Olívio ter falecido antes, para que não haja direito sucessório entre os envolvidos;

(D) todos terem falecido ao mesmo tempo, sem direitos sucessórios entre eles;

(E) todos terem falecido ao mesmo tempo, sendo os direitos sucessórios entre eles regulados nos termos do Art. 1.829 do Código Civil.

4. (2024)

Albertina está grávida de Renato. Ocorre que, poucos dias antes do parto, o pai de Renato, Otávio, é assassinado em um brutal assalto.

Nesse caso, é correto afirmar que Renato, ao tempo da morte de seu pai:

(A) tem personalidade jurídica e, por isso, pode ser sujeito de direitos, condicionais ou não;

(B) não tem personalidade jurídica e não pode ser sujeito de direitos;

(C) tem personalidade jurídica, mas capacidade limitada a certos atos, como receber herança;

(D) não tem personalidade jurídica, mas pode ser sujeito de direitos, como receber indenização por danos morais;

(E) tem personalidade jurídica e só pode ser sujeito de direitos condicionais, os quais só se consolidarão com o nascimento com vida.

5. (2023)

Manoel, 17 anos de idade, mora com a sua avó materna no município de Lajes, Santa Catarina, onde cursa o ensino médio. Seus pais, que são divorciados, moram em Correia Pinto, SC. Os pais nunca foram destituídos do poder familiar, sendo que a mãe de Manoel deseja emancipá-lo.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A emancipação pode ser feita por manifestação de vontade de um dos genitores, desde haja concordância expressa do emancipado.

(B) Somente a avó, que tem a guarda de fato do menor, possui legitimidade para emancipação.

(C) Como a guardiã de fato não é genitora do menor, a emancipação depende de decisão judicial, sendo ouvido o emancipado.

(D) A emancipação de Manoel deve ser feita por concessão dos pais mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(E) Na situação narrada, somente pelo casamento poderia haver a emancipação de Manoel.

6. (2024)

Considerando o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.010.606, acerca do tema aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares, assinale a afirmativa que expressa a tese desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal.

(A) É incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.

(B) O direito ao esquecimento não deve ser aplicado, pois viola o princípio da igualdade entre as pessoas, os direitos da personalidade e o direito do Estado de controlar a memória coletiva.

(C) O direito ao esquecimento é aplicável, mas apenas em casos excepcionais, os quais deverão ser analisados caso a caso pelos magistrados dos tribunais superiores.

(D) O direito ao esquecimento é limitado a casos envolvendo figuras públicas e fatos públicos ocorridos no país.

(E) O direito ao esquecimento é inconstitucional apenas quando aplicado a situações que envolvem crimes de repercussão pública e expressão midiática.

7. (2024)

Durante o 24º Festival do Camarão realizado na Praça da Cultura, Praia do Centro, Caraguatuba, foi capturada a imagem de Vera Miriam, personalidade feminina da cidade. A foto teve uma grande repercussão nas redes sociais, tendo sido usada, sem autorização prévia de Vera, em uma propaganda comercial de uma distribuidora de

crustáceos. Diante do ocorrido, Vera procura advogado(a), relatando o ocorrido e desejando saber se teria direito à eventual indenização por perdas e danos.

A respeito da situação hipotética, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Para que Vera tenha direito à eventual indenização por uso de sua imagem em uma propaganda empresarial, torna-se necessária a demonstração dos prejuízos sofridos.

(B) A violação do direito à imagem depende da demonstração, por parte da vítima, da conduta voluntária e consciente; da violação do direito e do prejuízo ou do dano, ainda, que exclusivamente moral.

(C) É livre a utilização da imagem de uma pessoa, quando obtida em espaço público, salvo se houver ofensa à honra ou dignidade humana.

(D) A indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais independe de prova do prejuízo.

(E) O uso da imagem alheia é absolutamente livre no exercício da atividade empresarial, desde que seja lícita.

8. (2023)

A Sociedade Ômicron Comércio de Alimentos e Bebidas Ltda., nos últimos cinco anos, transferiu ativos para seus dois únicos sócios, sem nenhuma espécie de contraprestação. A transferência corresponde a setenta e cinco por cento do patrimônio líquido da sociedade, o que conduziu à inadimplência de diversas obrigações, incluindo um contrato de mútuo bancário.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A transferência de ativos da Sociedade Ômicron para seus sócios sem efetiva contraprestações caracteriza confusão patrimonial para fins de desconconsideração da personalidade jurídica.

(B) O Código Civil brasileiro adota a teoria maior para fins de desconconsideração da personalidade jurídica, que pode ser reconhecida de ofício pelo juiz no caso hipotético do enunciado.

(C) A desconconsideração da personalidade jurídica no caso da sociedade Ômicron depende da existência de grupo econômico.

(D) A desconconsideração da personalidade jurídica não se aplica aos contratos bancários, visto que a sociedade é considerada vulnerável juridicamente.

(E) Em caso de abuso da personalidade jurídica, o credor poderá requerer a desconconsideração da personalidade jurídica, que atingirá, se decretada judicialmente, a todas as obrigações da sociedade, inclusive, as vincendas.

9. (2023)

Ana e Paulo, médicos, casados, são pais de Júlia, estudante de 12 anos, e de André, oficial do exército.

A família tem residência em Belo Horizonte/MG, mas Paulo, desde a posse como médico no hospital municipal de São Carlos/SP, vive, alternadamente, em Belo Horizonte/MG e em São Carlos/SP, onde permanece três dias da semana em razão das suas atividades permanentes no hospital municipal de mesmo nome.

Com relação à disciplina jurídica do domicílio, analise os itens a seguir.

I. Todos os membros da família possuem domicílio voluntário em Belo Horizonte/MG.

II. Júlia, André e Paulo possuem domicílios necessários em Belo Horizonte/MG, no local em que servem e em São Carlos/SP, respectivamente.

III. O domicílio de Paulo em São Carlos/SP é exclusivo para as relações concernentes à profissão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

10. (2023)

Ana Maria, médica cardiologista, mora com seu marido e seus dois filhos na cidade de Niterói. Quatro vezes por semana, ela se desloca até o Rio de Janeiro para trabalhar em um hospital público da rede municipal, no qual se encontra lotada como servidora efetiva. No quinto dia útil da semana, Ana Maria atende pacientes em seu consultório particular, instalado em uma sala comercial que aluga há muitos anos no Município de São Gonçalo. Atualmente, Ana Maria está passando férias de trinta dias com sua família em uma casa alugada no Município de Saquarema.

A respeito desse caso, é **correto** afirmar que:

- (A) Ana Maria tem vários domicílios, todos voluntários;
- (B) todos os Municípios mencionados podem ser considerados domicílios de Ana Maria;
- (C) entre os Municípios de domicílio de Ana Maria não se incluem São Gonçalo nem Saquarema;
- (D) vários Municípios são domicílio de Ana Maria, incluindo Rio de Janeiro e São Gonçalo;
- (E) Ana Maria tem domicílio especial em Niterói.

11. (2023)

Domicílio é o local onde a pessoa estabelece sua residência com âmbito definitivo.

Com base no Código Civil, é correto afirmar sobre o tema que:

- (A) o domicílio da União é o local de onde o administrador despacha;
- (B) o domicílio da pessoa que não tenha residência habitual é o local de seu último domicílio declarado;
- (C) tem domicílio necessário a pessoa com deficiência, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;
- (D) nos contratos escritos, é defeso especificar domicílio onde cumpra seus direitos e obrigações deles resultantes;
- (E) para a pessoa natural que tiver diversas residências, onde alternativamente viva, considerar-se-á domicílio qualquer um deles.

12. (2023)

Ezequiel Cubas foi aprovado no cargo efetivo de Analista Legislativo da Câmara dos Deputados, tendo sido nomeado, empossado e entrado em exercício em Brasília. Como é residente na cidade de Valparaíso, GO, que dista aproximadamente quarenta quilômetros de seu novo local de trabalho, não pretende mudar de cidade, deslocando-se diariamente de sua casa para a Câmara dos Deputados.

Com base na situação narrada, analise a afirmativa correta.

- (A) Na situação narrada, o domicílio de Ezequiel permanecerá a cidade de Valparaíso, GO, para todos os efeitos legais.
- (B) No Direito Civil brasileiro, como o domicílio advém sempre da vontade da pessoa natural, o domicílio de Ezequiel será a cidade de Valparaíso.
- (C) O Código Civil brasileiro impõe o domicílio na cidade em que exerce sua função, logo, Ezequiel deverá necessariamente morar e habitar em Brasília.
- (D) O Direito Civil brasileiro não admite a pluralidade de domicílio, assim, o de Ezequiel será a cidade de Valparaíso.
- (E) O domicílio legal de Ezequiel será Brasília, lugar em que exerce permanentemente suas funções.

DIREITO PENAL

1. (2024)

Um pacote legislativo resultou na aprovação de três novas leis penais no Congresso Nacional. A Lei A revogou o crime previsto no art. 28 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06). Noutra giro, a Lei B alterou o texto do art. 213 do Código Penal, passando a prever para o crime de estupro a pena de 8 a 12 anos de reclusão. Por fim, a Lei C alterou o art. 155 do Código Penal, passando a prever para o crime de furto simples a pena de detenção de 1 a 5 anos. Em relação ao tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei A se refere à hipótese de irretroatividade da lei penal mais severa.
- (B) As leis A e C constituem hipóteses de *novatio legis in melius*.
- (C) As leis B e C se referem à hipótese de retroatividade da lei penal mais benéfica.
- (D) A lei B se refere à hipótese de ultratividade da lei anterior mais benéfica.
- (E) A lei C se refere à hipótese de *novatio legis in criminadora*.

2. (2024)

Em relação à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que

- (A) a lei penal mais branda não retroage no caso de crime permanente ou continuado.
- (B) a lei penal posterior, benéfica para o réu, não pode ser aplicada se o processo já estiver na fase de execução da condenação.
- (C) a lei penal superveniente mais rigorosa retroage apenas em caso de reincidência.
- (D) a lei penal posterior retroage desde que seja benéfica para o réu, mesmo já tendo sido prolatada a decisão condenatória transitada em julgado.
- (E) a lei penal temporária ou excepcional sempre será revogada pela legislação posterior.

3. (2024)

Acerca da aplicação da lei penal, analise as disposições a seguir.

I. A lei penal excepcional é dotada de ultratividade e aplica-se aos fatos praticados durante sua vigência mesmo após sua revogação.

II. A regra da irretroatividade da lei penal não admite exceções.

III. No tocante à definição do tempo do crime, é aplicável a teoria da atividade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (2023)

São teorias adotadas no Código Penal em relação ao tempo e ao lugar do crime, respectivamente:

- (A) da atividade e da territorialidade;
- (B) da anterioridade e da territorialidade;
- (C) da atividade e da ubiquidade;
- (D) da temporariedade e da ubiquidade;
- (E) da alteridade e mista.

5. (2024)

Pierre, cidadão estrangeiro, praticou o delito de estupro em face da brasileira Marina, maior e capaz. O crime foi praticado em Estado estrangeiro, onde há incriminação da conduta, tal como ocorre no Brasil. Passado algum tempo, como o autor do fato e a vítima retornaram ao Brasil, o Ministério Público ajuizou ação penal pública incondicionada em face de Pierre, como incurso nas penas do delito de estupro.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior; porém, a ação penal depende de representação da vítima.
- (B) Há o preenchimento integral das condições de aplicação da lei penal brasileira ao fato ocorrido no exterior, sendo viável a responsabilização do autor do fato.
- (C) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois ausente requisição do Ministro da Justiça.

(D) Não há o preenchimento das condições de aplicação da lei penal brasileira, pois o autor do fato é estrangeiro, e a nacionalidade da vítima é indiferente à extraterritorialidade da lei penal brasileira.

(E) A aplicação da lei penal brasileira ao fato independente de qualquer condição, por se tratar de crime praticado mediante violência.

6. (2024)

Bianca é acordada de madrugada por ruídos provenientes do quarto de sua filha de 12 anos de idade. Deslocando-se ao cômodo de onde provinham os ruídos, surpreende a menor tendo relações sexuais com o padrasto. Após assistir ao fato por alguns segundos, sem tomar qualquer medida em relação ao que presenciava, a mãe retorna para sua cama.

Diante do caso narrado, é correto afirmar que Bianca:

(A) deverá responder pelo crime de omissão de socorro;

(B) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, sem a incidência de qualquer causa de aumento de pena;

(C) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente do concurso de pessoas;

(D) não deverá responder por crime algum, pois não concorreu para o estupro de vulnerável cometido pelo padrasto da vítima;

(E) deverá responder pelo crime de estupro de vulnerável, com a incidência da causa de aumento de pena decorrente de ser genitora da vítima.

7. (2024)

Sobre o **dolo** e a **culpa** na teoria do crime, assinale a afirmativa correta.

(A) O dolo direto de segundo grau abrange os efeitos colaterais decorrentes do meio eleito pelo agente para atingir o resultado criminoso.

(B) Na hipótese de dolo eventual, o agente não representa o resultado típico como possível, mas se conforma com a ocorrência dele. Já na hipótese de culpa consciente, o agente representa o resultado típico como possível e não desconfia que o mesmo ocorrerá.

(C) A punição a título de culpa depende da análise das circunstâncias do caso concreto, sendo prescindível a previsão expressa no tipo legal.

(D) Por força da teoria da imputação objetiva, uma vez não observado o cuidado devido, o agente é punível por crime culposos caso se envolva em evento penalmente típico, que se verificaria ainda que a diligência devida tivesse sido adotada.

8. (2023)

Alan é bombeiro civil e, atendendo a uma ocorrência, foi retirar um suposto animal selvagem de um condomínio residencial. Lá chegando, deparou-se com um aparente filhote de onça, o qual foi recolhido por Alan, que deveria levar o animal ao Centro de Triagem, distante do local onde encontrado (e que seria o procedimento adequado). Porém, Alan teve a iniciativa de deixar o felino em uma área de mata próxima ao condomínio, onde imaginava ser o habitat natural do animal, e, assim, poupar seu tempo.

Carmen, residente no referido condomínio, ao chegar em casa, percebeu que seu gato Bengal (raça caracterizada por ser muito similar a uma onça) está desaparecido. Ao saber do ocorrido, percebeu que seu gato foi confundido com um filhote de onça e, por isso, foi levado por Alan e deixado na área de mata. Assim, Carmen procurou a Delegacia de Polícia e relatou o ocorrido.

Neste caso, como advogado de Alan, é correto afirmar, sobre a conduta de seu assistido, que houve erro

(A) de tipo permissivo, uma vez que Alan pensava agir sob estrito cumprimento de dever legal, e por isso, sua conduta é lícita, abarcada por excludente de ilicitude.

(B) de tipo inescusável, pois Alan efetivamente se confundiu sobre a espécie do animal, mas deixou de adotar as cautelas devidas, excluindo-se apenas o dolo.

(C) de tipo escusável, pois Alan efetivamente não conhecia a espécie do animal apreendido, tendo adotado todas as cautelas que lhe eram exigidas na situação, de forma a excluir o dolo e a culpa.

(D) de proibição, tendo em vista que Alan não conhecia a espécie de animal doméstico, afastando-se a culpabilidade da sua conduta.

9. (2024)

Caio, com intenção de matar, desferiu um disparo de arma de fogo no peito de Tício. Tício caiu, severamente machucado, porém, ainda vivo, quando se iniciou uma tempestade, um raio o atingiu, de maneira que Tício veio a falecer em decorrência da forte descarga elétrica.

Nesse caso, sobre a responsabilidade de Caio, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Houve causa superveniente relativamente independente, sem ruptura do nexo de causalidade, de forma que Caio responde pelo resultado.

(B) A causa superveniente produziu por si só o resultado, de forma a afastar a responsabilidade de Caio pelo evento morte, subsistindo a tentativa.

(C) Caio deve responder pelo resultado caso comprovado que o tiro mataria Tício de qualquer maneira.

(D) Caio responde apenas pelos atos já praticados, em razão da ruptura do nexo de causalidade, tal como ocorre na desistência voluntária.

(E) Tendo em vista que o evento morte teria ocorrido independentemente da ação de Caio, não subsiste qualquer responsabilidade penal de Caio.

10. (2024)

Gabriel flagrou Júlia, sua namorada, em um momento íntimo com Pedro. Alucinado, Gabriel efetuou disparos de arma de fogo contra ambos, com a intenção de matá-los, mas errou a pontaria. Pedro, assustado com os tiros, saiu correndo do local e, na fuga, tropeçou em uma reentrância do piso, desequilibrou-se e bateu com a cabeça no solo, fato relativamente independente que, por si só, causou o resultado morte.

Gabriel aproximou-se de Júlia ainda com munição em sua arma, porém, ao vê-la assustada, desistiu de prosseguir com seu intento original. Gabriel abraçou Júlia, que, na sequência, sofreu um fulminante ataque cardíaco, vindo a falecer. Gabriel foi denunciado pelo homicídio doloso de Pedro e Júlia.

Na condição de advogado(a) de defesa de Gabriel, você deve alegar que

(A) houve desistência voluntária em relação a ambas as vítimas, cabendo a responsabilização apenas pelos disparos de arma de fogo.

(B) houve fato superveniente que, por si só, ocasionou o resultado, de forma que a ação de Gabriel configurou apenas duas tentativas de homicídio.

(C) houve ruptura do nexo causal em razão de fato superveniente que, por si só, causou o resultado, de forma a excluir a tipicidade de todos os atos praticados por Gabriel.

(D) houve ruptura do nexo causal em relação à morte de Pedro, subsistindo a tentativa de homicídio; em relação à Júlia, houve desistência voluntária, configurando apenas disparo de arma de fogo.

11. (2024)

Arthur resolveu furtar os cabos de eletricidade da linha férrea de sua cidade, a fim de revender o cobre, clandestinamente. Contudo, após iniciar o corte para retirar os fios de cobre, foi surpreendido pelo trem, que o atropelou, vindo a sofrer a amputação dos membros inferiores. Arthur foi denunciado como incurso nas penas do delito de furto.

Sobre o caso, assinale a afirmativa que apresenta a linha de defesa **correta**.

(A) Deve ser reconhecida a tentativa, com a correspondente diminuição da pena, já que o delito não chegou a se consumar.

(B) Pode ser reduzida a pena diante do arrependimento posterior, uma vez que, em razão do fato, Arthur perdeu os dois membros inferiores.

(C) Arthur deve ser absolvido, pois está-se diante de crime impossível, por absoluta ineficácia do meio.

(D) Arthur pode ser beneficiado com o perdão judicial, diante do sofrimento que lhe foi imposto pelas consequências do delito.

12. (2023)

Quanto às excludentes de antijuridicidade, analise as afirmativas a seguir.

I. Aquele que pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, direito próprio, é considerado em estado de necessidade.

II. Aquele que tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade, salvo quando for razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado.

III. A tese da legítima defesa da honra é inconstitucional, por contrariar os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e da igualdade de gênero.

IV. Age em legítima defesa o agente de segurança pública que, usando moderadamente dos meios necessários, repele agressão atual e injusta à vítima mantida refém durante a prática de crime.

Está **correto** o que se afirma em:

(A) somente **I** e **II**;

(B) somente **III** e **IV**;

(C) somente **I**, **II** e **IV**;

(D) somente **II**, **III** e **IV**;

(E) **I**, **II**, **III** e **IV**.

13. (2024)

João foi capturado em flagrante pela prática de crime de furto simples consumado, ensejando um prejuízo patrimonial de três mil reais à vítima. Durante a instrução processual, em observância ao contraditório e à ampla defesa, comprovou-se que João, por embriaguez proveniente de caso fortuito, não possuía, ao tempo da ação, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João:

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2024)

A República Federativa *Alfa* reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em *Alfa* há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória.

Em *Alfa*, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos.

A partir dos dados fornecidos, o país *Alfa* adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- (A) acusatório.
- (B) inquisitivo.
- (C) misto.
- (D) consensual.

2. (2023)

No que diz respeito às regras e aos princípios que regem a iniciativa probatória do juiz no processo penal brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) poderá o juiz determinar de ofício, após a prolação da sentença, diligência não requerida pelas partes para dirimir dúvida sobre ponto relevante;
- (B) não poderá o juiz de ofício determinar o segredo de justiça em relação aos dados e depoimento do ofendido para evitar sua exposição aos meios de comunicação;
- (C) não poderá o juiz de ofício, sem requerimento da defesa técnica, proceder a novo interrogatório do acusado durante a instrução criminal;
- (D) não poderá o juiz de ofício determinar a acareação entre testemunha e a pessoa ofendida, quando estas divergirem em suas declarações sobre fatos relevantes;
- (E) poderá o juiz de ofício, quando julgar necessário, ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes, bem como as pessoas a que as testemunhas se referirem.

3. (2024)

Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- (A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;
- (B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;
- (C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;
- (D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;
- (E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

4. (2024)

João, delegado de polícia, foi cientificado sobre a ocorrência, na circunscrição da sua unidade policial, de um crime de latrocínio tentado, perseguível mediante ação penal pública incondicionada. Dessa forma, a autoridade policial, independentemente de qualquer provocação por parte da vítima, deflagrou um inquérito policial visando à apuração dos fatos.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que a atuação de João, ao deflagrar a investigação, é uma manifestação da:

- (A) discricionariedade do inquérito policial;
- (B) confidencialidade do inquérito policial;
- (C) indisponibilidade do inquérito policial;
- (D) dispensabilidade do inquérito policial;
- (E) oficiosidade do inquérito policial.

5. (2024)

Assinale a opção que retrata uma hipótese de cabimento, em tese, de oferta de Acordo de Não Persecução Penal.

- (A) Augusto, primário e sem antecedentes, é acusado de delito de injúria racial, e confessa, formal e circunstancialmente, o cometimento do crime, comprometendo-se a indenizar a vítima.
- (B) Alexandre, primário e sem antecedentes, é acusado de injuriar e difamar sua ex companheira, por meio de redes sociais, compromete-se com a retratação integral e pública.
- (C) Silvio, servidor público, acusado de corrupção passiva, confessa, formal e materialmente a prática do ilícito, porém, não se compromete com o ressarcimento do dano.
- (D) Marcos, primário, foi acusado de praticar um crime de menor potencial ofensivo sem violência ou grave ameaça à pessoa.
- (E) Luciano, acusado de furto qualificado, tem outras passagens por delitos patrimoniais insignificantes e, em sede policial, exerceu seu direito ao silêncio.

6. (2024)

Sobre a ação penal pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação penal pública será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido.
- (B) A representação será irretratável depois de recebida a denúncia.
- (C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extingue-se automaticamente o direito de representação.
- (D) Nos casos em que caiba a ação pública, qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, exceto se reincidente em crime doloso.
- (E) Não há hipótese legal de admissão do ajuizamento de ação penal privada nos crimes submetidos à ação penal pública.

7. (2024)

Marcos, maior e capaz, após completar 21 anos, em janeiro de 2024, se torna vítima de uma operação financeira fraudulenta, caracterizadora do crime de estelionato. O particular comparece à Delegacia de Polícia especializada em crimes cibernéticos e registra um boletim de ocorrência, narrando o ocorrido. Após o êxito das investigações e com a autoria delitiva delimitada, o Ministério Público oferece denúncia em face de Tício, que é prontamente recebi-

da pelo juízo competente. Durante a instrução processual, contudo, o ofendido demonstra o interesse na descontinuidade da persecução processual.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, o processo:

- (A) terá regular prosseguimento, considerando que o crime de estelionato é perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (B) terá regular prosseguimento, considerando que a representação é irretratável depois de oferecida a denúncia;
- (C) terá regular prosseguimento, considerando que a representação é irretratável depois de recebida a denúncia;
- (D) deverá ser extinto, em razão do perdão concedido pela vítima no curso da instrução processual;
- (E) deverá ser extinto, em razão da retratação da vítima no curso da instrução processual.

8. (2024)

Após praticar determinado crime, João, preocupado em ser preso, procurou o auxílio de um advogado, que lhe sugeriu a celebração de um acordo de não persecução penal com o órgão acusatório, orientando-o sobre o instituto processual.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena máxima inferior a quatro anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime;
- (B) se considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, o juiz deverá reformulá-lo, com a concordância do Ministério Público, do investigado e de seu defensor;
- (C) o acordo de não persecução penal é aplicável aos crimes praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor, salvo em caso de reincidência em crime doloso;
- (D) a celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal constarão de certidão de antecedentes criminais para todos os fins legais, ressalvada eventual reabilitação;
- (E) no caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior.

9. (2024)

Lucas, estudante de direito, resolveu apresentar seu trabalho de conclusão de curso sobre as ações penais de iniciativa privada, cotejando a temática com as hipóteses de perempção previstas na legislação processual.

Com base nas disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que se considerará perempta a ação penal quando:

- (A) falecendo o querelante ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de trinta dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo;
- (B) o querelante deixar de comparecer, mediante justificativa idônea, a qualquer ato do processo a que deva estar presente;
- (C) iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante quinze dias seguidos;
- (D) sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir, deixando sucessor;
- (E) o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

10. (2023)

Sérgio propôs uma ação penal privada contra Ana e Letícia por crime de dano (impossibilidade de qualquer medida penal consensual), isto porque as quereladas, dolosamente, quebraram o para-brisa traseiro do seu carro.

Finda a instrução criminal restaram comprovadas autoria e materialidade, até mesmo porque, além da prova testemunhal confirmar a imputação contida na queixa-crime, as acusadas confessaram o delito.

Em alegações finais orais, Dr. Lúcio, advogado constituído por Sérgio, sem se referir à inicial acusatória, finalizou a sua sustentação apenas pedindo que “fosse feita a melhor justiça.”

Você, como advogado(a) das quereladas, alegaria como prejudicial de mérito a extinção da punibilidade

- (A) pelo perdão de Sérgio, pois não se manifestou em alegações finais juntamente com o seu patrono para pedir a condenação.
- (B) pela renúncia do querelante, haja vista que o seu advogado não ratificou em alegações finais os termos da acusação articulada na queixa-crime.

(C) pela perempção, porque o advogado constituído por Sérgio, somente pediu em alegações finais que “fosse feita a melhor justiça”, deixando de ratificar a pretensão de que as quereladas fossem condenadas, sequer tendo renovado o pedido de condenação apresentado na queixa-crime.

(D) pela retratação do querelante, pois não se manifestou em alegações finais juntamente com o seu patrono para pedir a condenação das quereladas, ou mesmo ratificar o pedido de condenação apresentado na queixa-crime.

11. (2023)

Sebastião, vítima de supostas ameaças perpetradas por Jorge, apresentou representação perante o órgão do Ministério Público quanto a estes fatos. Acerca dessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) O crime de ameaça, previsto no Código Penal, somente se procede mediante queixa, razão pela qual o Ministério Público deverá promover o arquivamento da representação feita pela vítima.

(B) O inquérito policial poderá ser dispensado caso os elementos apresentados na representação habilitem o Ministério Público a promover a ação penal, e, nesse caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias.

(C) O ofendido poderá retratar-se da representação a qualquer momento.

(D) O Ministério Público prescinde da manifestação da vítima para promover a denúncia, já que, no crime em apreço, a natureza da ação penal pública é incondicionada.

(E) Se a denúncia não for oferecida no prazo legal, o ofendido poderá propor queixa-crime. Sendo assim, o Ministério Público perderá a prerrogativa de intervir em todos os termos do processo.

12. (2023)

Honório, 12 meses após tomar conhecimento de que Alarico atentou contra a sua honra, ajuizou contra este queixa-crime, por intermédio de advogado com a devida procuração, imputando a Alarico o delito de difamação.

Contudo, referida queixa-crime deve ser rejeitada pelo juízo em razão da ocorrência de:

- (A) perempção do direito de queixa;
- (B) prescrição do delito de difamação;
- (C) decadência do direito de queixa;
- (D) renúncia tácita ao direito de queixa;
- (E) perdão tácito ao querelado.

DIREITOS HUMANOS

1. (2023)

Sobre a terminologia direitos humanos e direitos fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. A Imprecisão terminológica para designar os direitos essenciais à vida digna decorrem da evolução que levou ao redesenho de sua delimitação e fundamento.

II. Parte da doutrina utiliza uma união entre as duas expressões acima, criando uma nova terminologia: “direitos humanos fundamentais”.

III. É possível concluir pela leitura da Constituição Federal brasileira que direitos humanos são definidos como direitos hierarquicamente superiores aos chamados direitos fundamentais.

IV. A Constituição Federal brasileira acompanha o uso variado de termos, ora fazendo menção ao termo “direitos humanos” dentre ora utilizando a expressão “direitos fundamentais”, dentre outros.

V. O direito internacional emprega a expressão “direitos humanos” em todos os seus diplomas legais quando tem por objetivo resguardar a dignidade humana.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) II, III e V, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

2. (2023)

De acordo com parte da doutrina, os direitos humanos representam hoje a nova centralidade do Direito Constitucional e também do Direito Internacional. Acerca das características dos direitos humanos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. Os direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos são taxativos, enquanto o rol de direitos previsto na Constituição Federal é meramente exemplificativo.

II. A Indivisibilidade dos direitos humanos nada mais é do que o reconhecimento de que todos eles possuem a mesma proteção jurídica, já que são essenciais para uma vida digna.

III. A abertura nacional dos direitos humanos consiste na possibilidade de expandir o rol dos direitos humanos. Ela é fruto do poder constituinte originário, ao estabelecer, por exemplo, a Inserção do direito à moradia pela EC 26/2000.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V-V-V.
- (B) V-F-F.
- (C) F-V-F.
- (D) F-F-F.
- (E) F-F-V.

3. (2021)

Você, que atua na defesa de Direitos Humanos, foi convidado(a) para participar de um debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB. Um dos debatedores afirmou, com base na Declaração e Programa de Ação de Viena, que é importante compreender que Direitos Humanos são indivisíveis e devem ser considerados com igual ênfase.

Outro debatedor retrucou essa afirmação.

No momento da sua fala, você deve esclarecer que, de acordo com a Declaração citada, os Direitos Humanos são

(A) indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, e a comunidade internacional deve considerá-los em pé de igualdade.

(B) divididos em direitos públicos e direitos privados, com ênfase nos direitos públicos como parte do Direito Positivo de cada país.

(C) divididos em direitos em sentido forte e direitos em sentido fraco, e que apenas os direitos civis e políticos são direitos humanos em sentido forte.

(D) conceitos acadêmicos sempre em disputa e que a Declaração e Programa de Ação de Viena não fala da indivisibilidade ou da divisibilidade dos Direitos Humanos.

4. (2024)

A competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos constitui um dos mecanismos por meio dos quais o Tribunal exerce sua função de interpretação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, ao lado do exercício de suas competências contenciosa e cautelar.

Sobre as *Opiniões Consultivas* emitidas pela Corte IDH, assinale a afirmativa **correta**.

(A) As Opiniões Consultivas só podem ser solicitadas por Estados que reconhecem a competência da Corte IDH nos termos do Art. 64 da Convenção e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

(B) Na Opinião Consultiva nº 1 de 1982, denominada *Otros tratados*, objecto de la función consultiva de la Corte, a Corte IDH reconheceu que sua competência consultiva compreende qualquer tratado internacional aplicável aos Estados do sistema interamericano, desde que o instrumento possua caráter multilateral.

(C) As Opiniões Consultivas não podem versar sobre disposições normativas concretas de um determinado Estado, apenas sobre as situações hipotéticas e sobre a interpretação de tratados internacionais em relação aos quais é competente.

(D) Caso encontre disposições incompatíveis com a Convenção no exame das matérias submetidas em sede de solicitação de opinião consultiva, a Corte poderá ordenar ao Estado que adote as medidas necessárias para adequá-las ao corpus iuris interamericano.

(E) As Opiniões Consultivas da Corte IDH podem ser consideradas modalidade de exercício preventivo do controle de convencionalidade e são fontes standards que devem ser observados pelos Estados.

5. (2023)

Você está diante de um caso de extrema gravidade de violação de direitos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, quando é urgente a adoção de medidas para evitar prejuízos irreparáveis às vítimas. Trata-se de um caso com demora injustificada na decisão sobre os recursos da jurisdição interna. Como advogada ou advogado que conhece o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos você sabe que a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode adotar medidas provisórias que considerar cabíveis.

Considerando as normas pertinentes do Sistema Interamericano, assinale a afirmativa correta.

(A) Deve-se peticionar diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos, ainda que o caso não esteja sob o conhecimento da Corte, para que ela adote as medidas provisórias cabíveis.

(B) O caso deve ser encaminhado à Comissão Jurídica Interamericana para que, nos termos do Art. 99 da Carta da OEA, ela tome as medidas provisórias adequadas.

(C) É preciso aguardar a decisão de um Tribunal Superior sobre o caso para que, após, se recorra ao Sistema Interamericano, segundo o princípio do duplo grau de jurisdição.

(D) Pode-se submeter o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que ela avalie e decida se irá solicitar medidas provisórias à Corte.

6. (2023)

Um grupo de ativistas dos direitos humanos constatou que os direitos mais basilares dos idosos que se encontravam em instituições públicas de longa permanência, vinculadas ao Estado-membro Alfa, vinham sendo frequentemente vilipendiados.

Por tal razão, consultaram uma advogada em relação à possibilidade de a questão ser submetida à apreciação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo-lhes corretamente informado que

(A) a questão deve ser inicialmente submetida à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que poderá encaminhá-la à Corte.

(B) somente os Estados de Direito filiados à Organização dos Estados Americanos podem submeter petições à Corte, não atores privados.

(C) qualquer pessoa ou conjunto de pessoas, personalizado ou não, poderá submeter a questão à Corte, devendo demonstrar, em preliminar, a sua representatividade adequada.

(D) a questão somente pode ser submetida ao Ministério das Relações Exteriores, que, aquiescendo com os seus termos, provocará a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e esta última a Corte.

(E) em relação aos atores privados, somente aqueles que tenham a natureza de associação, cujo objeto seja a proteção dos direitos humanos, podem submeter petições à Corte, não um mero “grupo” despersonalizado.

7. (2022)

Ao constatar a ocorrência de violações massivas aos direitos humanos por determinado Estado da federação, em relação às pessoas privadas de sua liberdade e que se encontravam custodiadas em uma de suas unidades prisionais, a organização não-governamental Alfa consultou seu advogado a respeito da possibilidade de formular uma representação à Corte Interamericana de Direitos Humanos, visando à cessação dessa ilicitude e à responsabilização dos envolvidos.

O advogado respondeu, **corretamente**, que

(A) não é possível a formulação da representação, pois a Convenção Interamericana foi subscrita pela União, o que inviabiliza a responsabilização do ente subnacional dotado de autonomia política.

(B) as interações com o sistema interamericano de direitos humanos devem ser feitas por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, que avaliará as notícias a serem repassadas.

(C) a organização não governamental Alfa, a exemplo do que se verifica com qualquer do povo, pode dirigir-se, diretamente, a qualquer estrutura do sistema interamericano de direitos humanos.

(D) as violações aos direitos dos presos são preferíveis às violações dos direitos das pessoas livres, considerando as limitações de ordem econômica que assolam a República Federativa do Brasil.

(E) a organização não- governamental Alfa não pode dirigir-se diretamente à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

8. (2021)

No caso Simone André Diniz, uma empregada doméstica teve recusada a sua candidatura ao emprego por ser negra. O caso levado à justiça brasileira foi arquivado. Ao analisar o tema, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos entendeu que:

(A) o caso não configura violação de direitos humanos, na medida em que sua apuração seguiu o que preceitua a legislação brasileira. Houve instauração de inquérito policial, e o arquivamento se deu pela autoridade judiciária competente com base em parecer do Ministério Público, após terem sido ouvidos os depoimentos das pessoas envolvidas;

(B) o fato de não ter sido aberta ação penal para apuração de denúncia de discriminação racial viola o direito à não discriminação e ao acesso à justiça;

(C) o Estado brasileiro assumiu oficialmente a existência do racismo e não pode ser condenado com base em um caso isolado, pois isso macularia uma série de iniciativas que vêm sendo tomadas para superação do racismo, como a Lei nº 7.716/1989, a Lei nº 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, a criação de Secretarias de Promoção da Igualdade Racial em todos os níveis da federação, etc.;

(D) toda vítima de violação de direitos humanos deve ter assegurada uma investigação diligente e imparcial. A vulnerabilidade das vítimas exige que o caso seja apurado/processado a partir da presunção relativa de ocorrência da violação;

(E) o reconhecimento da dimensão do problema racial no Brasil não admite violação de normas processuais, como a que impede recurso da sentença que determina o arquivamento do inquérito policial.

9. (2024)

Acerca da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A Carta da OEA foi editada durante a 9ª Conferência Interamericana realizada em Bogotá, em 1948. Em razão da sua finalidade precípua de constituir formalmente a Organização dos Estados Americanos, o referido documento internacional não continha disposições relacionadas aos Direitos Humanos. Com vistas à abordagem desta temática específica, foi posteriormente editada a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem.

(B) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, por ter sido adotada durante a Conferência Especializada interamericana sobre Direitos Humanos realizada naquela cidade, em 1969.

(C) De acordo com a posição majoritária, a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem possui força vinculante. Contudo, vincula apenas aqueles Estados que a ratificaram expressamente, não abrangendo todos os países que ratificaram a Carta da OEA.

(D) A Carta da OEA abordou o tema dos Direitos Humanos de forma mais genérica. Já a Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem é considerada uma interpretação autêntica dos dispositivos genéricos de proteção dos Direitos Humanos da Carta.

(E) A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem foi inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, editada poucos meses antes pela Organização das Nações Unidas.

10. (2024)

O Decreto nº 7.037/2009 aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. O Decreto nº 11.851/2023 institui o Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (Brasil, 2018) é uma política pública que consolida um projeto de sociedade baseado nos

MEDICINA LEGAL

1. (2022)

Com relação a *laudos periciais*, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Os laudos genericamente contêm somente as partes, a saber: preâmbulo, quesitos, histórico e antecedentes, descrição, discussão, respostas aos quesitos, data e assinatura.

() O laudo pode conter elementos de referência como gráficos, esquemas, pareceres, fotografias, fotomicrografias, cópias de documentos (relatórios de exames de laboratório), radiografias, enfim, tudo o que puder esclarecer e justificar o que foi escrito no corpo do documento.

() O histórico refere-se aos fatos geradores da perícia. Nessa parte cabem informes colhidos das mais diversas fontes e maneiras, naturalmente dependente do caso e do tipo de perícia.

As afirmativas são, **respectivamente**,

- (A) F, V e F.
- (B) F, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) V, V e F.
- (E) F, F e V.

2. (2021)

Um indivíduo é agredido com três disparos de arma de fogo, levado ao hospital e submetido a cirurgia, permanecendo sete dias internado na UTI e recebendo alta no 16º dia de internação.

Para que o perito conclua se houve perigo de vida, na avaliação das lesões é necessário:

- (A) analisar o prontuário médico;
- (B) verificar a presença de cicatriz cirúrgica;
- (C) verificar se houve sequelas decorrentes da agressão;
- (D) se fundamentar na oitiva da vítima durante o exame;
- (E) solicitar a presença do médico que o atendeu.

3. (2021)

As lesões traumáticas podem ser causadas por agentes externos ou pela própria pessoa lesada.

Nos casos de autolesão:

- (A) sua distribuição é simétrica nos dois lados do corpo;
- (B) caracteristicamente, todas têm o mesmo tempo de evolução desde a produção;
- (C) com maior frequência, são causadas por agente contundente;
- (D) têm profundidade e tamanho variados;
- (E) costumam ser vistas com direção paralela preferencial.

4. (2021)

Homem de 68 anos, branco, portador de tetraplegia, é levado ao IML para exame de corpo de delito de lesões corporais. O exame direto revelou a presença de lesões com as características de queimaduras, localizadas na língua, regiões glúteas e parte da genitália externa. O periciando apresentava, ainda, déficit nutricional importante e higiene insatisfatória.

Tais achados podem indicar:

- (A) abuso físico e abuso psíquico;
- (B) abuso sexual e abuso emocional;
- (C) abuso físico e negligência de cuidados;
- (D) abuso sexual e negligência de cuidados;
- (E) negligência de cuidados e assédio moral.

5. (2021)

No estudo das lesões corporais (Art. 129 do Código Penal brasileiro), a correta caracterização das lesões como leves, graves ou gravíssimas depende da cuidadosa análise da vítima, à luz dos conhecimentos médicos e médico-legais.

Sobre esse tema, é **correto** afirmar que:

- (A) o aborto, §2º, inciso V, após agressão física à gestante, independe do prévio conhecimento da gravidez pelo agente;
- (B) um bom exemplo de inutilização de membro é a perda do pênis por agressão com arma branca;

(C) apenas as alterações estéticas visíveis com a vítima vestida podem configurar uma deformidade permanente;

(D) na enfermidade incurável, a incurabilidade não precisa ser absoluta, bastando ser demasiado longa e custosa;

(E) na distinção entre debilidade e inutilização de membro, utiliza-se habitualmente o limite de 40% da função.

6. (2022)

As mortes causadas por energia elétrica têm características específicas para energia industrial ou natural. Em relação ao tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A marca de Jellineck típica tem bordas elevadas e fundo esbranquiçado e é consequente à eletroplessão.

(B) Nos casos de fulguração, a morte ocorre por parada respiratória e assistolia, pois ocorre lesão de neurônios e despolarização de fibras cardíacas apesar da rapidez da passagem de corrente elétrica.

(C) A figura arboriforme de Lichtenberg é típica de fulguração.

(D) O órgão mais vulnerável à passagem de correntes elétricas é o pulmão, daí a participação da asfixia nas mortes por ação da energia elétrica.

(E) O órgão mais suscetível a passagem de corrente elétrica é o coração, causando assistolia e fibrilação como efeitos imediatos.

7. (2022)

As baropatias são alterações decorrentes de alterações de pressão, causando lesões de ordem física.

Em relação ao tema, é **correto** afirmar que

(A) a doença das montanhas corresponde a alterações crônicas para adaptação a baixas altitudes.

(B) a doença dos monges corresponde a adaptações agudas à diferença de altitude.

(C) descompressão intempestiva pode causar doenças descompressivas ou embolia traumática em acidentes de mergulho.

(D) nas baropatias decorrentes de explosões, ocorre inicialmente Blast primário pelos fragmentos dos artefatos arremessados.

(E) o blast primário é causado pelo arremesso das pessoas com a onda de choque propriamente dita.

8. (2022)

Com relação às lesões causadas por ação física, não mecânica, assinale V para afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Lesões causadas por ação térmica que atua difusamente podem levar a insolação e a intermação.

() Lesões causadas por ação térmica que atua diretamente sobre o corpo, através de gases, líquidos, ou sólidos aquecidos, ou por chama, podem levar a queimaduras de até 3º grau.

() A gravidade das queimaduras depende principalmente da extensão e da profundidade da área queimada.

As afirmativas são, **respectivamente**,

(A) F, V e F.

(B) F, V e V.

(C) V, F e V.

(D) V, V e F.

(E) F, F e V.

9. (2022)

De acordo com um trecho retirado da notícia publicada no The Indian Express: O responsável pelo posto policial de Vatika, declarou que: “quatro homens haviam se abrigado debaixo de uma árvore quando começou a chover fortemente na noite de sexta-feira. Um raio atingiu o local ferindo os quatro indivíduos, sendo que três sobreviveram e um foi a óbito”.

Tendo em vista o caso apresentado, analise as afirmativas a seguir:

I. Os quatro homens foram atingidos por uma energia de ordem física não mecânica.

II. O homem que faleceu foi vítima de eletrocussão.

III. As vítimas que sobreviveram sofreram fulguração.

IV. Devido ao trauma recebido, podem aparecer desenhos na pele, de cor avermelhada ligeiramente saliente, em ziguezague, arborescente que acompanha os trajetos vasculares, fenômeno considerado de natureza vasoparlítica.

Está **correto** o que se declara em

(A) I e II, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

10. (2021)

Uma pessoa sofreu um acidente doméstico, ficando interposta num circuito de 220v por ter tocado o chuveiro com uma das mãos, enquanto tomava banho. Ela soltou um grito e caiu. Quando chegou o socorro, três minutos após o fato, já estava em parada cardiorrespiratória irreversível.

O mecanismo letal, no caso, foi:

- (A) hemorragia interna;
- (B) hiperaquecimento do sistema nervoso central;
- (C) parada respiratória periférica;
- (D) parada respiratória central;
- (E) fibrilação ventricular.

11. (2021)

As figuras de Lichtenberg são achados característicos, tanto no vivo quanto no cadáver, da ação da energia:

- (A) radioativa industrial;
- (B) elétrica natural;
- (C) mecânica industrial;
- (D) luminosa natural;
- (E) térmica industrial.

12. (2024)

No dia 05/11/2023, Miguel conduzia seu veículo automotor dentro da velocidade permitida em determinada via pública de Blumenau quando, em certo momento, atingiu Jamiles, que atravessava a rua na faixa de pedestres, lesionando-a. Após o socorro médico, os envolvidos foram encaminhados até a Delegacia de Polícia para lavratura do procedimento cabível.

No mesmo dia, por ocasião da realização da perícia pertinente, ficou comprovado que Jamiles estava com uma equimose de coloração amarelada, de formato circular, na região pélvica, medindo cerca de quarenta milímetros de diâmetro, além de apresentar fraturas cominutivas no terço médio do fêmur da perna esquerda, escoriações nos dois cotovelos e uma lesão cortocontusa na região da glabella.

Acerca dessas lesões constatadas em Jamiles, é correto afirmar que

- (A) as fraturas cominutivas são assim chamadas, pois apenas uma das suas duas partes fragmentadas é projetada para além de uma abertura da pele, razão pela qual também é compreendida como “fratura incompleta”.
- (B) a lesão cortocontusa na glabella representa uma forma clássica do emprego de energia vulnerante de etiologia físico-química.

(C) a escoriação é representada pela literatura médico-legal como “lesão em acordeão ou sanfona”, com sangramento abundante, abertura estreita e de menor diâmetro de entrada em comparação com o agente vulnerante.

(D) a equimose percebida não guarda nexos de causalidade com o evento traumático referente ao acidente provocado por Miguel.

(E) a escoriação é representada pela literatura médico-legal como uma vasodilatação exclusivamente vital, causando o eritema, que é uma mancha avermelhada, efêmera e fugaz.

13. (2022)

Sabemos que a cronologia das lesões e o tempo de morte são estimados através de fenômenos cadavéricos e de decomposição de substâncias orgânicas.

O espectro equimótico de Legrand du Saulle corresponde

- (A) ao depósito de sangue nos tecidos moles.
- (B) à degradação da hemoglobina.
- (C) ao início do estado de putrefação.
- (D) ao estado de putrefação em fase avançada.
- (E) à presença de mancha hiperocrômica na esclera.

14. (2022)

Armas brancas podem produzir feridas de diferentes tipos, a depender da atuação de outros componentes.

Quando a ferida é produzida por meio do deslizamento da lâmina sobre o tecido, seccionando vasos sanguíneos e causando hemorragia volumosa, ela é denominada

- (A) contusa.
- (B) corto-contusa.
- (C) perfuro-contusa.
- (D) cortante.
- (E) perfurante.

15. (2022)

Dependendo dos fatores envolvidos, principalmente a forma e força de agressão, existirão diversas modalidades de lesões com repercussões e consequências diferentes.

Partindo dessa premissa, relacione a condição com suas respectivas particularidades.

1. Rubefação.
 2. Escoriação.
 3. Equimose.
 4. Hematoma.
 5. Esmagamento.
- () Congestão local passageira.
 () Coleção sanguínea localizada.

CRIMINOLOGIA

1. (2023)

Sobre a Criminologia, é **correto** afirmar que ela
(A) vale-se do método dedutivo, e não do método indutivo.

(B) é uma ciência do “ser”, e não do “dever-ser”.

(C) ocupa-se da formulação de leis penais.

(D) não emprega métodos biológicos e sociológicos em seus estudos.

(E) baseia-se em dogmas, ao invés de experiências empíricas.

2. (2022)

A criminalização

(A) primária aumenta o poder das agências judiciais do sistema jurídico-penal, inclusive seu poder punitivo subterrâneo.

(B) primária é exercida por agências políticas que nunca sabem a quem caberá de fato, individual e concretamente, a seleção que habilitam.

(C) secundária é quase um pretexto para que agências judiciais exerçam um formidável controle configurador positivo da vida social.

(D) secundária é exercida por agências com ampla capacidade operacional e sua contenção desemboca em uma utopia negativa.

(E) primária é um programa que a lógica neoliberal pretende efetivar em toda a sua extensão.

3. (2022)

O objeto de estudo da criminologia, na fase pré-científica, compreendia

(A) o crime, o criminoso, a vítima e a pena.

(B) o crime e o criminoso.

(C) o crime, o criminoso, a vítima, o controle social e a pena.

(D) o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.

(E) o crime, o criminoso e a vítima.

4. (2022)

Assinale a opção **correta** acerca da criminologia e de seus métodos.

(A) Na análise do fenômeno criminal, é preferível a abordagem multidisciplinar, que apresenta visões independentes e distintas de um mesmo problema e que é mais ampla que o método interdisciplinar.

(B) A criminologia usa o método dedutivo, partindo de premissas genéricas para fazer inferências.

(C) A criminologia é uma ciência cultural, do dever-ser.

(D) No método criminológico, os fatos se sobrepõem a argumentos subjetivos de autoridade.

(E) O método experimental confunde-se com o método empírico

5. (2022)

Para García-Pablos de Molina, são os três pilares do sistema das ciências criminais, em relação de interdependência:

(A) o Direito Penal, a Sociologia e a Criminologia.

(B) a Sociologia, o Direito Penal e a Psiquiatria Forense.

(C) a Criminologia, a Política Criminal e o Direito Penal.

(D) a Psiquiatria Forense, a Política Criminal e a Criminologia.

(E) a Psiquiatria Forense, a Sociologia e a Política Criminal.

6. (2022)

No que diz respeito aos objetos da criminologia: delito, delinquente, vítima e controle social, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Para a Criminologia, o crime é um fenômeno social, comunitário e que se demonstra como um problema maior, exigindo assim dos estudiosos uma visão ampla que permita aproximar-se dele e compreendê-lo em seus diversos enfoques

(B) A filosofia marxista, entende ser o criminoso, uma pessoa que superou a luta de classes e que logrou ignorar a força normativa que emana das estruturas econômicas

(C) Para Escola Clássica, o delinquente era um ser que, com base em seu livre arbitrio, pecou e optou pelo mal, embora pudesse e devesse escolher pelo bem, respeitar a lei

(D) Para Escola Positiva, o delinquente era um ser atávico, prisioneiro de sua deformação patológica, (muitas vezes nascia criminoso) ou por processos multicausais alheios (determinismo social)

(E) A Escola Correccionalista (influência da América espanhola) tratava o criminoso como um ser inferior e incapaz de se governar por si próprio, merecendo do Estado uma atitude pedagógica e de piedade

7. (2022)

Pode-se afirmar que a Criminologia é a ciência que se ocupa do delito, do delinquente, da vítima e do controle social, centrando-se nos estudos das causas dos delitos, ou seja, em explicá-lo. A Política Criminal ocupa-se de estudar e implementar medidas de prevenção e controle do delito. Posto isso, assinale a alternativa **correta**.

(A) A Política Criminal é uma ciência autônoma e independente; não é uma parte da Criminologia.

(B) Aspectos empíricos, éticos e políticos são fundamentos que determinam os rumos da Criminologia.

(C) Na prevenção do crime, a Criminologia é a que possui a última palavra.

(D) Aspectos éticos, jurídicos, constitucionais, políticos ou econômicos não influenciam os rumos da Política Criminal.

(E) Por ser uma ciência empírica, a Criminologia não pode influenciar a Política Criminal.

8. (2021)

Considerando os conceitos doutrinários de Direito Penal, de Criminologia e de Política Criminal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

(A) O Direito Penal é o conjunto de normas jurídicas que preveem os crimes e lhes cominam sanções, bem como disciplinam a incidência e a validade de tais normas, a estrutura geral do crime e a aplicação e a execução das sanções cominadas.

(B) A Criminologia é uma disciplina de caráter preponderantemente dogmático e representa a atividade intelectual que estuda os processos de criação das normas penais e das normas sociais que estão relacionadas | com o comportamento desviante, os processos de infração e de desvio destas normas e a reação social.

(C) A Criminologia reúne uma informação válida e confiável sobre o problema criminal, que se baseia em um método empírico de análise e de observação da realidade.

(D) Em sua obra, Franz von Lizst formulou um modelo tripartido de “ciência conjunta”, que reunia as ramificações do saber que constituem objeto de estudo do Direito Penal, Criminologia e Política Criminal.

(E) Diferentemente do Direito Penal, a Criminologia pretende conhecer a realidade para explicá-la, enquanto aquela ciência valora, ordena e orienta a realidade, com o apoio de uma série de critérios axiológicos.

9. (2024)

No tocante às escolas da Criminologia, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A Escola da Criminologia Positivista tem como objetos de estudo o crime, o criminoso, o controle social e a vítima.

(B) A Escola da Criminologia Clássica tem como objeto de estudo o delito, compreendido como um ente jurídico.

(C) A Escola da Criminologia Positivista tem como objeto de estudo os processos de criminalização.

(D) A Escola da Criminologia Crítica tem como objeto de estudo o delinquente.

(E) A Criminologia Radical tem enfoque exclusivamente na pessoa da vítima do delito.

10. (2024)

Sobre as correntes modernas de Direito Penal, assinale a alternativa **incorreta**.

(A) Não há na legislação penal, segundo a doutrina, qualquer manifestação de Direito Penal do Inimigo

(B) São características do Direito Penal do inimigo: altas penas; baixas garantias penais; tendência de eliminação dos Direito e Garantias Fundamentais; e endurecimento no cumprimento de pena (execução penal)

(C) A doutrina entende que inimigo é aquele que enfrenta a estrutura do Estado tentando desestabilizar a ordem jurídica instalada e, por esse motivo, não deve ter preservado os seus direitos e garantias, pois demonstra abdicar da sua posição de cidadão

(D) A punição dos atos preparatórios desvela um dos traços do Direito Penal do Inimigo, pois há a antecipação da tutela penal visando a chamada prevenção penal ou Direito Penal do risco

(E) Modernamente, o Direito Penal do Inimigo ganhou muita projeção em Políticas Penais e na própria legislação com os ataques terroristas às Torres Gêmeas em Nova York no dia 11/09/2001

11. (2022)

A figura do delinquente como um indivíduo que optou pelo mal, mesmo podendo e devendo respeitar a lei, decorre da escola

- (A) moderna.
- (B) marxista.
- (C) correccionalista.
- (D) positivista.
- (E) clássica.

12. (2022)

“Dos delitos e das penas” é um tratado escrito em 1764 por Cesare Beccaria, e é considerado a expressão do pensamento filosófico e político europeu sobre a pena e as ditas ciências penais – o que conhecemos também como movimentos penais ilustrados.

Considerando este momento da história do pensamento criminológico, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os movimentos penais ilustrados são responsáveis pela fundação da criminologia enquanto disciplina e são a base do Direito Penal moderno.

II. As origens iluministas da criminologia encontram-se justamente na ascensão do racionalismo como forma de se opor ao utilitarismo das relações sociais feudais.

III. Embora os fundamentos filosóficos das funções atribuídas à pena sejam historicamente anteriores, a sistematização de uma teoria da pena no século XVIII está associada à limitação do poder punitivo do Estado.

IV. A Escola Clássica italiana, integrante dos movimentos penais ilustrados, foi a única a se aproximar de uma hipótese determinista, pela qual o caráter criminoso do indivíduo é um traço que o diferencia dos demais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II e IV apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

13. (2021)

Isabela, Investigadora de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, participava de um curso de especialização quando se deparou com a argumentação de um professor que, após a projeção da imagem de uma pessoa no quadro, começou a explicar:

“Percebam as rugas frontais existentes na face desse indivíduo. É verdadeiramente típico o modo de se apresentar a característica destas rugas em alguns criminosos ainda jovens. São tão profundas que a fronte se apresenta, em tais casos, reiteradamente pregada, ou com uma incisão como uma ferida proveniente de um corte.”

Atenta, Isabela logo concluiu que a argumentação do docente se correlacionava ao pensamento criminológico de

- (A) Cesare Lombroso.
- (B) Enrico Ferri.
- (C) Francesco Carrara.
- (D) Raffaele Garofalo.

14. (2021)

Sobre o movimento intelectual que ficou conhecido como Escola Clássica da Criminologia, assinale a alternativa **correta**.

(A) Quando se fala da Escola Liberal Clássica como um antecedente da moderna Criminologia, faz-se referência a teorias ancoradas em um rígido determinismo e no positivismo naturalista.

(B) A consideração do crime como um comportamento definido pelo direito e o repúdio à abordagem patológica do criminoso como um ser diferente são traços da Escola Liberal Clássica, que, contudo, não rompeu definitivamente com o paradigma etiológico da Criminologia.

(C) O chamado *labeling* approach (paradigma da reação social) é uma teorização que busca explicar a necessidade de intervenção estatal no criminoso, a fim de reforçar a validade da pena perante a sociedade, inibindo a prática de novos delitos por todos.

(D) Francesco Carrara, um dos principais nomes da Escola Liberal Clássica, partia da necessária distinção entre a consideração jurídica do delito e consideração ética do indivíduo para afirmar a tese de que a função da pena é, essencialmente, a retribuição.

(E) A Escola Clássica se diferenciava das outras escolas criminológicas positivistas por se basear em um modelo de ciência penal integrada, ou seja, um modelo no qual ciência jurídica e a concepção geral do homem e da sociedade estão estritamente ligadas.

LEI ORGÂNICA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

1. (2022)

De acordo com o disposto art. 144, da Lei n.º 5.406/1969, são princípios básicos da disciplina policial, **EXCETO**:

- (A) Espírito de camaradagem e de cooperação, salvo quando de folga o servidor policial.
- (B) Obediência aos superiores.
- (C) Respeito às leis vigentes e às normas éticas.
- (D) Subordinação hierárquica.

2. (2022)

De acordo com o disposto art. 153, § 3º, da Lei n.º 5.406/1969, são circunstâncias agravantes, quando não constituírem ou qualificarem outra transgressão disciplinar, **EXCETO**:

- (A) Abuso de autoridade ou poder.
- (B) Mau comportamento anterior.
- (C) Relevância de serviços prestados.
- (D) Uso indevido de meios de coerção e intimidação.

3. (2021)

É penalidade disciplinar que NÃO se encontra prevista na Lei n. 5.406/1969:

- (A) Advertência.
- (B) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Demissão.
- (D) Suspensão.

4. (2021)

Quanto à penalidade de repreensão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, é INCORRETO afirmar:

- (A) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às faltas de cumprimento de deveres.
- (B) A pena de repreensão, em princípio, corresponderá às transgressões disciplinares consideradas de natureza leve.
- (C) A penalidade de repreensão será aplicada por escrito.
- (D) O servidor policial punido com a penalidade de repreensão perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

5. (2021)

Sobre as Comissões Processantes Permanentes, disciplinadas na Lei n.º 5.406/1969, é CORRETO afirmar:

- (A) As Comissões Processantes Permanentes serão constituídas de três servidores estáveis da Polícia Civil.
- (B) As Comissões Processantes Permanentes serão presididas por integrante da carreira a que pertencer o servidor policial indiciado.
- (C) Os membros das Comissões Processantes Permanentes, bem como os respectivos secretários, conciliarão os trabalhos pertinentes aos processos administrativos de que forem encarregados com os outros serviços da repartição.
- (D) Poderá fazer parte da Comissão Processante Permanente parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau inclusive, do denunciante ou indiciado, bem como o subordinado deste.

6. (2021)

Sobre a penalidade de suspensão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, e seus efeitos, é INCORRETO afirmar:

- (A) A autoridade que aplicar a pena de suspensão não poderá convertê-la em multa.
- (B) A pena de suspensão não excederá noventa dias.
- (C) A pena de suspensão será aplicada no caso da falta grave ou de reincidência.
- (D) O servidor policial suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

7. (2021)

No que tange à penalidade de demissão, prevista na Lei n.º 5.406/1969, é INCORRETO afirmar:

- (A) A pena de demissão por ineficiência no serviço será aplicada mesmo quando verificada a possibilidade de readaptação.
- (B) A pena de demissão será aplicada nos casos de ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de quarenta e cinco dias, interpoladamente, durante um ano.
- (C) A pena de demissão será aplicada nos casos de exercício de qualquer atividade remunerada, estando o servidor licenciado para tratamento de saúde.

(D) A pena de demissão será aplicada nos casos de procedimento irregular de natureza grave.

8. (2021)

Em relação à disciplina do procedimento administrativo, estabelecida pela Lei n.º 5.406/1969, é INCORRETO afirmar:

(A) O procedimento administrativo para apuração das transgressões disciplinares dos servidores da Polícia Civil compreende a sindicância administrativa e o processo administrativo.

(B) O processo será precedido de sindicância, quando não houver elementos suficientes para se concluir pela existência da falta ou de sua autoria.

(C) Os Chefes de Departamentos são competentes para determinar a instauração do processo administrativo.

(D) Será obrigatório o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão.

9. (2011)

Sobre a organização da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que

(A) tem a incumbência exclusiva para exercício das funções de polícia judiciária neste Estado.

(B) não tem atribuição de polícia de preservação da ordem e segurança pública.

(C) é órgão autônomo do Poder Público, subordinada diretamente ao Governador do Estado.

(D) a proteção à incolumidade das pessoas não está inserida em suas atribuições legais.

10. (2022)

Segundo o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.º 129/2013, são símbolos institucionais da PCMG, EXCETO:

- (A) Armas.
- (B) Bandeira.
- (C) Brasão.
- (D) Hino.

11. (2022)

Nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 129/2013, a PCMG rege-se pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e deve ainda observar, na sua atuação, EXCETO:

- (A) A hierarquia e a disciplina.
- (B) A mediação de conflitos.
- (C) A promoção dos direitos humanos.
- (D) O uso imoderado e desproporcional da força.

12. (2022)

De acordo com o disposto no art. 2º da Lei Complementar n.º 129/2013, a PCMG, órgão autônomo, essencial à segurança pública, à realização da justiça e à defesa das instituições democráticas, fundada na promoção da cidadania, da dignidade humana e dos direitos e garantias fundamentais, tem por objetivo, no território do Estado, em conformidade com o art. 136 da Constituição do Estado, dentre outros, o exercício das funções de, EXCETO:

- (A) Apuração das infrações penais e dos atos infracionais, exercício da polícia judiciária e cooperação com as autoridades judiciárias, civis e militares, em assuntos de segurança interna.
- (B) Preservação das instituições políticas e jurídicas.
- (C) Promoção da ação penal pública.
- (D) Proteção da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

13. (2022)

Segundo o disposto no art. 17 da Lei Complementar n.º 129/2013, são órgãos da PCMG, EXCETO:

- (A) Chefia da PCMG.
- (B) Conselho Superior da PCMG.
- (C) Corregedoria-Geral de Polícia Civil.
- (D) Procuradoria-Geral de Justiça.

14. (2022)

De acordo com o disposto no artigo 33 da Lei Complementar n.º 129/2013, compete à Corregedoria-Geral de Polícia Civil, EXCETO:

- (A) Atuar, preventiva e repressivamente, em face às infrações penais e disciplinares atribuídas aos policiais civis e servidores da PCMG, bem como em requisições e solicitações dos órgãos e entidades de controle interno e externo.
- (B) Determinar a instauração de processo administrativo disciplinar, bem como concluir e decidir sobre o mesmo, instaurar sindicância, inquérito policial, termos circunstanciados de ocorrência e outros procedimentos para apurar transgressões disciplinares e infrações penais imputadas a servidores da PCMG.
- (C) Planejar, executar, coordenar, normatizar, orientar, controlar, fiscalizar e avaliar as ações e atividades pertinentes ao serviço público de trânsito que envolvam a formação e a habilitação de condutor de veículo automotor.
- (D) Realizar e determinar correções e inspeções, de caráter geral ou parcial, ordinário ou extraordinário, nas atividades de competência da PCMG.

15. (2022)

Conforme o disposto no art. 45 da Lei Complementar n.º 129/2013, o policial civil goza das seguintes prerrogativas, **EXCETO**:

- (A) Convocar pessoas para testemunhar diligência policial.
- (B) Exercer poder de polícia, inclusive a realização de busca pessoal e veicular, no caso de fundadas suspeitas de prática criminosa ou para fins de cumprimento de mandado judicial.
- (C) Inamovibilidade.
- (D) Receber, no ato de sua primeira designação, munições e colete balístico dentro do prazo de validade, arma de fogo, algemas e distintivo oficial individualizado.

16. (2022)

Segundo o disposto no art. 48 da Lei Complementar n.º 129/2013, são direitos do policial civil, **EXCETO**:

- (A) Receber ajuda de custo.
- (B) Receber equipamentos de proteção individual e mobiliários adequados ao tipo de trabalho desenvolvido.
- (C) Ser recolhido somente em unidade prisional própria e especial ou em sala especial da unidade em que sirva, sob a responsabilidade do seu dirigente, quando preso em flagrante delito ou por força de decisão judicial, sendo-lhe defeso exercer atividade funcional ou sair da repartição sem expressa autorização do juízo a cuja disposição se encontre.
- (D) Ter assegurados os direitos da policial civil feminina, relativamente à gestação, amamentação e às exigências de cuidado com filhos menores, nos termos de regulamento.

17. (2022)

Nos termos do art. 25 da Lei Complementar n.º 129/2013, compõem o Conselho Superior da PCMG, **EXCETO**:

- (A) O Chefe da PCMG.
- (B) O Diretor da Academia de Polícia Civil.
- (C) O Diretor do Hospital da Polícia Civil.
- (D) O Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças.

18. (2022)

Segundo o disposto no art. 17 da Lei Complementar n.º 129/2013, são órgãos da administração superior da PCMG, **EXCETO**:

- (A) Chefia Adjunta da PCMG.
- (B) Chefia da PCMG.
- (C) Corregedoria-Geral de Polícia Civil.
- (D) Superintendência de Informações e Inteligência Policial.

19. (2022)

Conforme o art. 24 da Lei Complementar n.º 129/2013, integram a estrutura do Conselho Superior da PCMG, **EXCETO**:

- (A) Câmara de Planejamento e Orçamento.
- (B) Câmara Disciplinar.
- (C) Instituto de Criminologia.
- (D) Órgão Especial.

20. (2022)

Compete ao Chefe da PCMG, segundo o disposto no art. 22 da Lei Complementar n.º 129/2013, **EXCETO**:

- (A) Decidir sobre remoção por conveniência da disciplina de policial civil.
- (B) Decidir, em último grau de recurso, sobre a instauração de inquérito policial e de outros procedimentos formais.
- (C) Exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente.
- (D) Suspender o porte de arma de policial civil, por recomendação médica ou como medida cautelar em processo administrativo disciplinar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

21. (2022)

Compete à Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, conforme o disposto no art. 38 da Lei Complementar n.º 129/2013, **EXCETO**:

- (A) Atuar em matérias relacionadas ao cumprimento de cartas precatórias, fornecer informações às unidades policiais de outros entes da Federação, apoiar o cumprimento de solicitações de captura de pessoas com ordem de prisão e oferecer suporte para a realização de diligências promovidas por policiais de outros entes da Federação, por meio da Polinter.
- (B) Decidir, sem prejuízo da competência do Corregedor-Geral de Polícia Civil, sobre conflito de competência em matéria de investigação criminal e exercício

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

1. (2024)

No que diz respeito à execução penal, assinale a afirmativa correta, segundo a legislação vigente.

(A) Ainda que a sentença condenatória tenha transitado em julgado, cabe ao juízo criminal prolator da sentença a aplicação de lei mais benéfica, posteriormente editada.

(B) O poder disciplinar no curso da execução da pena privativa de liberdade somente será exercido pela autoridade judiciária, sob o crivo do contraditório e mediante manifestação do Ministério Público.

(C) O regime disciplinar diferenciado somente é aplicável aos presos condenados, nacionais ou estrangeiros.

(D) O direito do preso de manter correspondência com pessoas externas ao cárcere pode ser suspenso ou restrito por ato motivado do diretor do estabelecimento penal.

(E) A remição consiste no deferimento do cumprimento de pena em regime semiaberto, após já ter sido cumprido um terço da pena em regime fechado.

2. (2023)

Raul é egresso do sistema penitenciário e está encontrando dificuldades na sua vida extramuros, notadamente em relação à moradia, pois não possui familiares e os poucos amigos não conseguem ajudá-lo.

Nessa situação, a Lei de Execuções Penais no que concerne à Assistência ao Egresso:

(A) coloca como critério para concessão de moradia a comprovação de estar empregado;

(B) é omissa, deixando situações dessa natureza para encaminhamento caso a caso;

(C) estabelece a concessão de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses;

(D) determina a constituição de uma Comissão com assistente social, psicólogo e pedagogo para exarar parecer a respeito;

(E) dispõe que a Vara de Execuções Penais, a partir do comportamento do egresso, determinará o que será feito.

3. (2023)

O regime disciplinar diferenciado (RDD) aplicável à pessoa privada de liberdade foi instituído, em 2003, tendo por natureza a imposição de sanção disciplinar ou medida cautelar nas hipóteses previstas na Lei de Execuções Penais, providência adotada sob a perspectiva de garantia da segurança pública e institucional.

Com relação ao RDD, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A inclusão em regime disciplinar diferenciado não acarreta a suspensão do direito de recebimento de visitas.

() O prazo de duração do regime disciplinar diferenciado terá duração máxima de 2 anos, somente podendo ser prorrogado em razão de cometimento de nova falta grave.

() A custódia em regime disciplinar diferenciado ensejará o recolhimento individual, sendo admitido o contato com outras pessoas privadas de liberdade.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V — F — F.

(B) V — V — F.

(C) V — F — V.

(D) F — V — V.

(E) F — V — F.

4. (2024)

João, que não ostenta qualquer problema de saúde e se encontra preso há um ano, em cumprimento definitivo de pena pela prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas, entrou em contato com o seu advogado e este lhe informou que o órgão público competente, nos termos da Lei de Execução Penal, foi instado a emitir parecer sobre um potencial indulto que poderia beneficiar o apenado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a emissão de parecer sobre indulto, excetuado o pedido com base no estado de saúde do preso, é uma incumbência do:

(A) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária;

(B) Departamento Penitenciário;

(C) Conselho da Comunidade;

(D) Conselho Penitenciário;

(E) Patronato.

5. (2024)

Dalva, mãe de filhas gêmeas de 13 anos, foi condenada por roubo (Art. 157 do CP) à pena de reclusão de 4 anos e 2 meses. Dalva foi condenada no passado pelo crime de furto (Art. 155 do CP), tendo cumprido sua pena integralmente há 6 anos.

Pelo exposto, para progredir de regime prisional, Dalva deverá obrigatoriamente

- (A) cumprir 16% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.
- (B) cumprir 30% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- (C) cumprir 30% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.
- (D) cumprir 20% da pena, ostentar bom comportamento carcerário e reparar o dano causado.
- (E) cumprir 25% da pena e ostentar bom comportamento carcerário.

6. (2024)

João, reincidente, cumpre pena, em regime semiaberto, pela prática do crime de furto qualificado. O apenado, no curso da execução, demonstra interesse em participar de atividade, fora do ambiente prisional e sem vigilância direta, que concorra para o seu retorno ao convívio social.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, João poderá obter autorização para a:

- (A) saída temporária, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um quarto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (B) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um quarto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (C) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a administração penitenciária, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;

- (D) saída temporária que será concedida por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena;
- (E) permissão de saída, que será concedida por ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, desde que o apenado ostente comportamento adequado, tenha cumprido, no mínimo, um sexto da pena e que o benefício seja compatível com os objetivos da pena.

7. (2023)

Weber Júnior foi condenado a pena de quatro anos de reclusão, a serem cumpridos inicialmente em regime semiaberto, por crime de roubo de um telefone celular, praticado em 1º de janeiro de 2021. Na oportunidade, afirmou que quebraria a “cara” da vítima, caso não lhe entregasse o aparelho, sendo preso em flagrante e submetido à prisão cautelar até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Apesar de ser primário, a lentidão crônica da Vara de Execuções Penais fez com que, somente no dia 31 de abril de 2022, Weber Júnior progredisse para o regime aberto e deixasse a unidade prisional, autorizado a prosseguir o cumprimento da pena em prisão-albergue domiciliar com monitoramento eletrônico. Contudo, jamais compareceu ao local em que seria instalado o aparelho de monitoramento, razão pela qual foi considerado evadido a partir do dia 1º de maio de 2022, sendo proferida decisão de regressão cautelar ao regime semiaberto com expedição de mandado de prisão.

Weber Júnior readquirirá o bom comportamento que lhe permitirá progredir novamente para o regime aberto:

- (A) cinco meses e dez dias após a recaptura;
- (B) cinco meses e dez dias após a evasão;
- (C) oito meses após a recaptura;
- (D) um ano após a recaptura;
- (E) um ano após a evasão.

8. (2023)

A execução pena tem por objetivo efetivar as disposições de decisão condenatória de cunho criminal e proporcionar condições para a harmônica reintegração social do condenado. Acerca da execução penal disciplinada nos termos da Lei nº 7.210/84, é correto afirmar que

- (A) a permissão de saída por motivo de falecimento do cônjuge é aplicável somente aos condenados em regime semiaberto.
- (B) o cometimento de falta grave pelo apenado durante a execução da pena privativa de liberdade suspende o prazo para a obtenção da progressão no regime de cumprimento da pena.

(C) a execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à regressão, com a transferência para regimes mais rigorosos, quando o apenado vier a praticar nova infração penal, dolosa ou culposa.

(D) em caso de falta grave do apenado, o juiz poderá revogar até 4/5 do tempo remido por estudo ou trabalho.

(E) a inclusão no regime disciplinar diferenciado configura sanção disciplinar aplicável ao apenado, devendo a medida ser precedida da oitiva do Ministério Público e da defesa.

9. (2024)

Após a observância do devido processo legal, João, que teria matado um vizinho, foi absolvido imprópriamente, com a aplicação de uma medida de segurança, em razão da sua inimputabilidade penal. Passados seis meses do trânsito em julgado da sentença, Maria, genitora de João, procurou um advogado, solicitando-lhe esclarecimentos sobre quando ocorreria a liberação do seu filho.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), é correto afirmar que:

(A) em qualquer tempo, ainda no decorrer do prazo mínimo de duração da medida de segurança, poderá o juiz da execução, diante de requerimento fundamentado do Ministério Público ou do interessado, seu procurador ou defensor, ordenar o exame para que se verifique a cessação da periculosidade;

(B) juntado aos autos o relatório realizado pela Defensoria Pública ou pelo advogado constituído pelo agente ou realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do indivíduo, será ouvido o Ministério Público no prazo de cinco dias;

(C) a Defensoria Pública ou o advogado constituído pelo agente, até um mês antes de expirar o prazo de duração mínima da medida, remeterá ao juiz minucioso relatório que o habilite a resolver sobre a revogação ou permanência da medida de segurança;

(D) o juiz, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, poderá determinar novas diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, salvo se expirado o prazo de duração mínima da medida de segurança;

(E) ouvidas as partes e realizadas as diligências para verificar se houve a cessação da periculosidade do agente, o juiz proferirá a sua decisão, no prazo de dez dias.

10. (2024)

Juliano foi definitivamente condenado à pena de 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado. Após 2 (dois) anos de cumprimento da pena, foi detectado que Juliano passou a ter uma doença mental grave, tornando-o inteiramente incapaz de compreender o caráter ilícito dos fatos pelos quais havia sido condenado.

Neste caso, como advogado(a) de Juliano, você deverá (A) postular ao Juiz da Execução Penal a conversão da pena em medida de segurança.

(B) ajuizar uma ação de revisão criminal, postulando a substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.

(C) suscitar incidente de insanidade mental do acusado, a fim de apurar a integridade mental de Juliano ao tempo da ação criminosa.

(D) solicitar que Juliano seja colocado em prisão-albergue domiciliar, como medida substitutiva do encarceramento.

11. (2024)

João, Delegado de Polícia, representou pela decretação da prisão temporária de Tício, ao argumento de que o último teria praticado um crime de homicídio triplamente qualificado em detrimento de sua companheira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989 sobre a prisão temporária, é correto afirmar que

(A) decretada a prisão temporária e decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.

(B) para além da possibilidade de representação pela autoridade policial, a prisão temporária poderá ser decretada de ofício pelo juiz ou mediante requerimento do Ministério Público.

(C) a decisão que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentada e prolatada dentro do prazo de cinco, contados a partir do recebimento da representação.

(D) decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em uma via, que será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

(E) o prazo da prisão temporária inicia-se no dia seguinte à data do cumprimento do mandado de prisão.